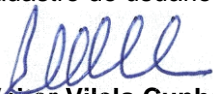


1 Aos dez dias do mês de fevereiro de 2022, às 08h30, os membros do Grupo de Acompanhamento do
2 Contrato de Gestão (GACG) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das
3 Velhas) reuniram-se por videoconferência, utilizando a plataforma *Google Meet*. **Participaram os**
4 **seguintes membros:** Valter Vilela Cunha – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
5 Ambiental (ABES-MG); Leandro Vaz Pereira - Consórcio de Saneamento Básico Central de Minas
6 (CORESAB); Fúlvio Rodriguez Simão – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
7 (EPAMIG); Heloísa Cristina França Cavallieri – SAAE Itabirito. **Participaram também:** Giuliane Portes
8 – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); Mariana Pereira Ramos – Federação da Agricultura
9 de Minas Gerais (FAEMG); Paulo Barcala – Assessoria de Comunicação CBH Rio das Velhas; Thiago
10 Campos, Ohany Vasconcelos – Agência Peixe Vivo; Dimas Correa – Equipe de Mobilização e
11 Educação Ambiental CBH Rio das Velhas. Após verificação de quórum, o coordenador Valter Vilela
12 inicia a reunião agradecendo a presença de todos, e coloca em discussão a **ata da reunião do dia 10**
13 **de novembro de 2021**, que é aprovada por unanimidade. **Execução do Plano de Aplicação**
14 **Plurianual (PPA) e do Plano de Investimento Anual (PIA) do exercício de 2021.** Thiago Campos
15 inicia a apresentação. Explica que o PPA é dividido por eixos, e mostra o que foi executado em cada um
16 deles em 2021. Para o eixo 1 (programas e ações de gestão) foram planejados pouco mais de R\$ 5,1
17 milhões, sendo executados cerca de R\$ 4 milhões. O eixo 2 (programas e ações de planejamento)
18 havia o planejamento de execução de R\$2,5 milhões, tendo sido executados R\$1,9 milhão. O eixo 3
19 (programas e ações estruturais) teve como planejado R\$4,2 milhões e executado R\$ 1,8 milhão.
20 Assim, do total de R\$12 milhões planejados foram executados R\$7,9 milhões. Os custos
21 apresentados até aqui são relacionados às ações de investimento. Já em relação ao custeio, foi
22 executado pouco mais de R\$1 milhão. Assim, o total geral executado é de R\$8,9 milhões. Thiago
23 ressalta que a execução é similar a dos últimos anos, e com a possibilidade de ampliação, uma vez
24 que o PPU (preços públicos unitários) foi reajustado, dando uma expectativa de arrecadação de R\$ 13
25 milhões para o próximo ano. Valter recorda-se que a Vale S.A e a Copasa fizeram antecipação de
26 pagamento dos recursos da Cobrança, e solicita maiores esclarecimentos a respeito. Thiago informa
27 que foi publicado um decreto estadual que traz algumas mudanças a respeito da arrecadação de
28 recursos. Anteriormente, o pagamento feito pelo usuário se baseava em uma estimativa do valor
29 outorgado, e assim, a cobrança era antecipada, realizada no início do exercício. Agora, o pagamento
30 só é realizado após o usuário ter sido outorgado e declarado o quanto de água usou de fato. Essa
31 mudança traria impactaria de forma negativa o custeio da APV, uma vez que culminaria em um ano
32 sem receber recursos da Cobrança. Por isso, Vale e Copasa fizeram essa antecipação, com a
33 primeira pagando integralmente e a segunda de forma parcelada, garantindo assim as despesas de
34 custeio até dezembro de 2022. Mas os demais usuários não farão pagamentos em 2022, retomando
35 em 2023. Contudo, essa situação não afeta as despesas de investimento, pois o saldo atual em conta
36 é da ordem de R\$30 milhões e o planejamento para 2022 tem uma expectativa de R\$15 milhões em
37 despesas. **Plano de Investimento Anual (PIA) 2022** Thiago explica que o PIA descreve quais ações
38 do PPA serão executadas no exercício em questão (ano de 2022), e que há atualização mensal do
39 *status* das ações previstas. Para 2022 são 37 empreendimentos alocados nas mais diversas rubricas
40 do PPA. Dá exemplo de ações que estão em execução, alertando que uma ação pode se desdobrar,
41 por exemplo, em 5 subações todas aprovadas pelo CBH Rio das Velhas. O total de investimentos
42 previstos para exercício de 2022 é de 17 milhões considerando a sobra de 2021. Mariana Ramos
43 questiona especificamente se o mapeamento de corredores ecológicos no SAP Vetor Norte da RMBH
44 no âmbito das UTEs Carste e Ribeirão da Mata, ligadas ao Eixo 1, levou em considerações as
45 atividades econômicas a serem impactadas pelos corredores. Lembra que é importante considerar o
46 conceito de sustentabilidade, uma vez que já existem pessoas ocupando este território, que inclusive

47 em muitas situações as unidades de conservação se sobrepõem, restringindo assim diversas
48 atividades, principalmente para o produtor rural. Thiago esclarece que essa foi uma proposição
49 conjunta entre os dois subcomitês, tendo sido formado um grupo de acompanhamento liderado pelo
50 Instituto Estadual de Florestas (IEF). Sinaliza que essa proposta não tem âmbito de regulamentação,
51 somente para criar subsídios. Entende que é preciso sim avaliar os impactos de uma possível
52 regulamentação desse porte ao setor econômico. Contudo, não tem certeza se esse trabalho é o
53 suficiente para formar um corredor ecológico, até por que essa formação depende de participação e
54 opinião pública. Por fim, diz que essas considerações serão levadas para a gestora do contrato.

55 **Aprovação do relatório de atividades do GACG e parecer sobre relatório conclusivo do IGAM**
56 **do exercício de 2021** Ohany Vasconcelos retoma a discussão da reunião anterior, ao qual explicava
57 que uma das funções do GACG é elaborar seu relatório de atividades e tecer comentários acerca dos
58 resultados do relatório de avaliação elaborado pelo IGAM quanto ao cumprimento do contrato de
59 gestão. Então, a minuta do documento com as duas tarefas (relatório de atividades e comentários
60 sobre o relatório do IGAM) é apresentado, discutido e aprovado por unanimidade com as alterações
61 propostas pelos conselheiros durante essa reunião, com a próxima etapa sendo apresentá-lo ao
62 plenário. **Assuntos gerais e encerramento.** Leandro Pereira recorda-se que durante a última
63 plenária do CBH Rio das Velhas discutiu-se a atualização do cadastro de usuários, e entende ser
64 imprescindível dar encaminhamento a essa empreitada, pois repercute negativamente na capacidade
65 de investimento do comitê, uma vez que a base de dados tanto para arrecadação quanto para
66 disponibilidade hídrica é do ano de 2009, sendo atualizada esporadicamente, somente quando algum
67 empreendimento solicita outorga. Valter está de acordo, e recorda-se de que quando era servidor da
68 Copasa foi realizado um levantamento de todas as ligações com poços profundos em áreas
69 comerciais, totalizando quase 2000 usuários. Esse material foi enviado para o IGAM, mas não houve
70 nenhuma ação posterior. Atenta que grandes condomínios possuem poço profundo e não pagam pelo
71 seu uso. Essas informações são obtidas pela Copasa a partir do cálculo entre a vazão que é fornecida
72 de água tratada e o esgoto que é gerado, que deveria ter vazão menor. Leandro recorda que o artigo
73 70 do Decreto nº 41.578/2001 traz a obrigação de as empresas perfuradoras de poços artesanais
74 informarem ao CBH e ao IGAM os serviços executados, compreendendo os dados estabelecidos nas
75 fichas de outorga do IGAM, e isso não tem sido feito em MG. Valter sugere ao grupo escrever uma
76 moção e encaminhar à diretoria do comitê. Além dos problemas já relatados, Leandro acrescenta os
77 problemas ambientais e de saúde pública, em função do risco de contaminação, uma vez que não
78 existe controle quanto aos locais em que são perfurados. Heloisa Cavallieri relata que o SAAE de
79 Itabirito é uma das concessionárias que estão inadimplentes em relação à Cobrança, sendo uma
80 situação que também não é resolvida junto ao IGAM. Desde o segundo trimestre de 2018 o SAAE não
81 é cobrado, pois houve uma emissão de DAE (documento de arrecadação estadual) em duplicidade,
82 não sendo realizado o balanço dessas despesas. A partir daí o SAAE ficou com um crédito de quase
83 R\$1 milhão, mas que já teria sido liquidado. Então, a situação final é da existência de um débito ao
84 qual tem interesse em pagar, mas não consegue resolver com o IGAM, impedindo assim de ter seu
85 caixa regularizado. Ohany pontua que existem alguns processos vinculados ao IGAM que estão sendo
86 acompanhados pelo Comitê, como a aprovação das prestações de contas da Agência Peixe Vivo, o
87 envio para o Comitê de processos de outorga de empreendimentos já instalados, e agora
88 desatualização do cadastro de usuários. Recorda-se que certa vez Allan de Oliveira Mota (gerente de
89 planejamento de recursos hídricos do órgão ambiental em questão) alegou que a atualização do
90 cadastro tem custo alto, tem em termos monetários quanto de pessoal, e essas limitações trazem
91 dificuldade na resolução dos desafios apresentados. Valter compreende, lembrando-se que os
92 servidores da SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

93 estiveram em greve no fim de 2021. Mas de todo modo, o comitê precisa se posicionar, uma vez que
94 a SEMAD é uma das maiores arrecadadoras do Estado, em função das verbas de compensação
95 ambiental, e entende ter receita para resolver esses problemas. Leandro alerta que em São Paulo
96 uma porcentagem dos recursos é repassada aos CBHs através do Fundo Estadual de Recursos
97 Hídricos. Já em Minas Gerais diversas discussões foram realizadas, mas nenhuma solução foi
98 tomada. No caso, entende que seria conveniente levar as situações apresentadas para a Assembleia
99 Legislativa. Para contextualizar, Valter diz que faz parte do conselho do Fhidro (Fundo de
100 Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado) e há 3
101 anos não é convocado para nenhuma reunião. Apesar de existir o recurso, sem o conselho não é
102 possível tomar decisões a respeito. Não havendo mais nenhum assunto a tratar, a coordenação do
103 GACG atesta que esta reunião ocorreu com a estrutura mínima necessária para possibilitar a
104 participação de todos os conselheiros, e encerrou a mesma, da qual se lavrou a presente ata.
105 **Encaminhamentos:** apresentar o relatório de atividades do GACG ao plenário do CBH Rio das
106 Velhas durante a reunião ordinária do dia 28 de abril; enviar à diretoria do comitê moção relatando
107 insatisfação quanto à desatualização do cadastro de usuários.



Valter Vilela Cunha
Coordenador do GACG